

# APRESENTAÇÃO

## O Poder Judiciário e a proteção de vulneráveis

É com grande satisfação que apresento a nova edição da Revista CNJ, dedicada a um tema de extrema relevância para a sociedade contemporânea: O Poder Judiciário e a proteção de vulneráveis. A atuação do Judiciário se torna fundamental para assegurar a dignidade e a justiça para aqueles que, por diversas razões, se encontram em situações de vulnerabilidade, em um contexto no qual as desigualdades sociais e os desafios relacionados à garantia de direitos ainda são uma realidade para muitas camadas da população

Nesta edição, foram selecionados 19 artigos que reúnem reflexões e análises sobre o papel do sistema judiciário na proteção de grupos vulneráveis, como crianças, mulheres, pessoas idosas, pessoas trans, populações em situação de rua, população carcerária, negros, e outros segmentos sociais que frequentemente enfrentam discriminação e marginalização. Os artigos buscam evidenciar a importância da atuação judicial, tanto na aplicação de normas de proteção quanto na criação de políticas públicas que promovam a inclusão e a igualdade de direitos.

Contamos ainda com 3 importantes artigos de autores convidados a enriquecer o debate. A advogada e Subprocuradora-Geral da República aposentada Deborah Duprat abrilhanta a nova edição da Revista com um artigo necessário sobre a religião, os direitos de grupos minoritários e o papel do STF. A Conselheira Daniela Pereira Madeira e Wilfredo Pacheco apresentam o artigo *Vulnerabilidades ambientais e sociais: a atuação do poder judiciário perante uma ética climática, com relevante contribuição sobre as mudanças climáticas e as pessoas em situação de vulnerabilidade*. As pesquisadoras do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ Olívia Pessoa e Danielly Queirós nos brindam com o estudo: *Pessoas privadas de liberdade: dados estatísticos e cartas, que apresenta um panorama sobre perfil da população carcerária no Brasil, ao analisar as cartas de pessoas privadas de liberdade enviadas ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Conselho Nacional de Justiça*.

A Seção de Entrevista conta com o primoroso olhar do Subprocurador-Geral da República e Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Nicolao Dino. O excelente jurista nos presenteia ao dividir sua experiência e seus conhecimentos sobre o papel do Ministério Público para a promoção dos direitos humanos em nossa sociedade.

Nesta edição, temos a felicidade de compartilhar que em novembro de 2024, a Revista CNJ foi aceita no Diretório do Latindex, uma das principais bases de dados de periódicos científicos da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Com essa inclusão, a Revista CNJ amplia sua visibilidade internacional e reforça a contribuição para a pesquisa científica na esfera jurídica.

O trabalho contínuo das instituições judiciais é essencial para que possamos avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O fortalecimento do papel do Judiciário na proteção de vulneráveis é, portanto, um passo decisivo não só para o cumprimento da Constituição, mas para a consolidação de uma democracia plena e inclusiva.

Registro, portanto, meus agradecimentos às autoras e aos autores que publicaram seus estudos nesta edição; às(aos) pareceristas pelo comprometimento de avaliar os artigos no sistema *double blind peer review*; às Conselheiras e aos Conselheiros por suas contribuições à Seção de Jurisprudência, que enriquecem a publicação com os brilhantes votos selecionados sobre o tema desta edição.

Agradecemos a todos os colaboradores e leitores por seu interesse neste tema crucial. Esperamos que esta edição contribua para o debate e inspire ações concretas em prol da justiça social.

Boa leitura!

**GABRIEL DA SILVEIRA MATOS**

Secretário de Estratégia e Projetos do Conselho Nacional de Justiça  
Editor-chefe da Revista CNJ